



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL-MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar, analisar e comparar as possíveis soluções para o atendimento da demanda descrita nos Documentos de Formalização de Demanda, bem como avaliar sua viabilidade técnica e econômica. Além disso, busca reunir e apresentar informações essenciais que subsidiem a tomada de decisão e a instrução do processo de contratação, assegurando a adoção da alternativa mais adequada ao interesse público.

2. OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade a contratação de empresa especializada, com equipe técnica multidisciplinar, para a realização de estudos técnicos voltados ao encerramento das atividades do aterro controlado e do antigo lixão do Município de Frutal, incluindo o Distrito de Aparecida de Minas, bem como para a **elaboração do Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD)**.

O PRAD constitui instrumento técnico indispensável para a adequada recuperação ambiental das áreas impactadas, contemplando diagnóstico detalhado, definição de medidas de reabilitação, controle ambiental e plano de monitoramento, em conformidade com a legislação vigente e as exigências dos órgãos ambientais competentes.

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), instrumento técnico essencial para a recomposição ambiental de áreas impactadas, em atendimento à legislação ambiental vigente e às exigências dos órgãos fiscalizadores.

Ressalta-se que o PRAD demanda conhecimento técnico especializado nas áreas de engenharia ambiental, agronomia, biologia e afins, além de experiência prática na condução de diagnósticos ambientais, definição de metodologias de recuperação e acompanhamento técnico das ações propostas.

Entretanto, o quadro técnico atual desta instituição não dispõe de profissionais habilitados, com formação específica e/ou experiência comprovada, aptos a desenvolver o referido projeto com o nível de detalhamento e responsabilidade técnica exigidos. Tal limitação inviabiliza a elaboração interna do PRAD, sob risco de não atendimento aos requisitos legais e técnicos estabelecidos.

Dessa forma, torna-se necessária a contratação de empresa especializada, que possua equipe multidisciplinar qualificada e experiência comprovada na elaboração de PRADs, garantindo a qualidade técnica do projeto, a conformidade com as normas ambientais e a efetividade das ações de recuperação propostas.

Adicionalmente, a contratação externa contribui para maior celeridade na elaboração do projeto, evitando atrasos que possam resultar em sanções administrativas, multas ou impedimentos legais.

Diante do exposto, a contratação pretendida mostra-se indispensável para assegurar o cumprimento das obrigações ambientais, a regularização da área degradada e a mitigação dos impactos ambientais existentes e se faz necessário para atender o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) firmado em 17 de agosto de 2001 e executado nos autos n. 0093484-44.2013.8.13.0271.

4. CONTRATAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Consiste na realização de processo licitatório para formação de Ata de Registro de Preços, possibilitando que a Administração realize contratações conforme a demanda ao longo da vigência da ata.

Essa solução apresenta vantagens relevantes, como maior flexibilidade na execução dos serviços, possibilidade de atendimento a outras Secretarias e unidades administrativas, além de melhor planejamento das contratações, evitando a necessidade de abertura de diversos processos licitatórios para demandas semelhantes.

5. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÃO MAIS VANTAJOSA

A presente contratação tem como finalidade a elaboração de **Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD)**, visando à recomposição ambiental de área impactada, conforme exigências da legislação ambiental vigente e de órgãos de controle ambiental.

A área em questão apresenta degradação decorrente de atividades antrópicas, sendo necessária a definição de medidas técnicas adequadas para sua recuperação, incluindo diagnóstico ambiental, planejamento de intervenções e monitoramento.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa a ser contratada deverá:

Possuir experiência comprovada na elaboração de PRADs;

Dispor de equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais habilitados (engenheiro ambiental, agrônomo, biólogo ou áreas correlatas);

Apresentar registro nos respectivos conselhos profissionais (CREA/CRBio ou equivalente);

Garantir a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente;

Atender integralmente às normas ambientais vigentes;

Realizar visitas técnicas e levantamento de campo;

Elaborar diagnóstico ambiental detalhado;

Propor técnicas de recuperação adequadas à área;

Apresentar cronograma físico-financeiro e plano de monitoramento.

7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, espera-se:

- Regularização ambiental da área;
- Recuperação das funções ecológicas;
- Atendimento às exigências legais;
- Redução de riscos de sanções e multas;
- Melhoria das condições ambientais e paisagísticas.

8. CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

Poderão ser necessárias contratações futuras para execução das ações previstas no PRAD (ex.: plantio, cercamento, manutenção), as quais não fazem parte deste objeto.

9. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO DO PRAD

A contratação de empresa especializada para elaboração do Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) proporcionará diversos benefícios institucionais, ambientais e legais, dentre os quais destacam-se:

Regularização ambiental

Garantia de atendimento às exigências da legislação ambiental vigente e de órgãos fiscalizadores, evitando sanções administrativas, multas e embargos.

Recuperação ambiental da área degradada

Restabelecimento das condições ecológicas da área, com recomposição da vegetação, estabilização do solo e recuperação de recursos naturais.

Mitigação de impactos ambientais

Redução de processos erosivos, assoreamento, perda de biodiversidade e outros impactos negativos decorrentes da degradação.

Segurança técnica e jurídica

Elaboração do projeto por equipe qualificada, com responsabilidade técnica, assegurando maior confiabilidade, conformidade normativa e respaldo legal.

Planejamento adequado das ações de recuperação

Definição de métodos, cronograma e estratégias eficientes, otimizando recursos e aumentando a efetividade das intervenções.

Monitoramento e controle ambiental

Estabelecimento de indicadores e diretrizes para acompanhamento da recuperação da área, permitindo avaliação contínua dos resultados.

Eficiência na aplicação de recursos públicos/privados

Evita retrabalho e desperdícios, garantindo que as ações sejam executadas com base em critérios técnicos adequados.

Valorização ambiental e institucional

Melhoria da imagem institucional perante órgãos ambientais e sociedade, demonstrando compromisso com a sustentabilidade.

Subsídio para futuras intervenções

O PRAD servirá como base técnica para execução das ações de recuperação e para eventuais licenciamentos ambientais futuros.

10. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para elaboração de **Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD)**, no contexto do encerramento do aterro controlado, mostra-se **tecnicamente viável, necessária e adequada** para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.


A elaboração do PRAD constitui etapa essencial para a regularização ambiental da área, uma vez que estabelece diretrizes técnicas para a recuperação das condições ambientais, incluindo diagnóstico detalhado, definição de metodologias de intervenção, medidas de controle e plano de monitoramento da área impactada.

Verificou-se que a contratação sob demanda apresenta-se como a alternativa mais apropriada, considerando a natureza específica e não contínua desse tipo de serviço, bem como a necessidade de equipe técnica multidisciplinar qualificada e utilização de metodologias e ferramentas especializadas, indispensáveis para a adequada elaboração do projeto.

Ademais, os potenciais impactos ambientais associados à execução dos serviços técnicos são considerados de baixa relevância, sendo plenamente mitigáveis mediante a adoção de boas práticas e das medidas preventivas cabíveis, não havendo óbices ambientais que impeçam a contratação. Destaca-se, ainda, que o principal resultado esperado é justamente a mitigação e reversão dos impactos ambientais já existentes na área do aterro.

Dessa forma, manifesta-se posicionamento favorável à continuidade do processo de contratação, com a elaboração do respectivo Termo de Referência e demais instrumentos necessários, tendo em vista que a solução proposta atende ao interesse público, promove a adequada gestão ambiental, assegura o cumprimento das exigências legais e observa os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade na Administração Pública.

Frutal, 27 de abril de 2026.



FABIANO VIEIRA

Secretário de Meio Ambiente